

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.638 - RJ (2019/0092755-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : JAQUELINE DA CRUZ EUCLIDES DE ASSIS
ADVOGADO : HENRIQUE SANTOS CERQUEIRA - RJ138841
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JAQUELINE DA CRUZ EUCLIDES DE ASSIS contra acórdão preferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0000071-36.2019.8.19.0000, relatora Desembargadora Marcia Perrini Bodart).

Consta dos autos ter sido a paciente presa em flagrante, custódia essa posteriormente convertida em preventiva, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, pois foi surpreendida na posse de 99g (noventa e nove gramas) de tendo sido cocaína.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, a ordem foi denegada, cassada a liminar anteriormente deferida. Eis a ementa do acórdão (e-STJ fls. 165/166):

HABEAS CORPUS. Art. 33 c/c art. 40, VI, ambos da Lei nº 11.343/06. Paciente presa em flagrante em 20/12/2018. Após receber informações de que a paciente estaria traficando drogas com sua filha adolescente, policiais militares foram até o local. Na oportunidade, foram apreendidos 99 gramas de “cocaína”, distribuídos em 68 frascos pinos com etiqueta com inscrições “CPX, MDC, Pó, CV e 25”. Realizada a audiência de custódia em 26/12/2018, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva. A ela imputa-se a prática do crime do art. 33 c/c art. 40, VI, ambos da Lei nº 11.343/06. O Impetrante objetiva que a prisão preventiva imposta à Paciente seja revogada por estarem ausentes seus requisitos autorizadores, sendo-lhe concedida a liberdade provisória, com a aplicação das medidas cautelares insertas no art. 319, do Código de Processo Penal. Impossibilidade. Verifica-se que a decisão de 1º grau que decretou a prisão preventiva do paciente está fundamentada em elementos do caso concreto, e deve ser mantida. Configurada a existência do crime e os indícios suficientes de autoria, o magistrado de 1º grau ponderou a gravidade concreta do delito à Paciente imputado. Existência de fundamentação idônea. A manutenção da sua custódia mostra-se, do mesmo modo, necessária para resguardar a

ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal. Assim sendo, a prisão preventiva do Paciente mostra-se acertada e necessária. Inteligência do art. 282, I, in fine, do CPP. Insuficiência das medidas cautelares insertas no art. 319, do CPP. As questões probatórias e a pena que será imposta ao final da ação penal e o regime para o seu cumprimento cingem-se ao mérito da causa cinge-se ao mérito da causa, e envolve a análise aprofundada do conjunto probatório, inadmissível na estreita via do habeas corpus. ORDEM DENEGADA. Casso a liminar anteriormente deferida. Expeça-se mandado de prisão em desfavor da Paciente, com prazo de validade de 20 (vinte) anos.

No presente recurso, assevera a defesa inexistir motivação idônea para a custódia cautelar da recorrente, visto que não foi apontada concretamente a presença dos requisitos contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que a fundamentação foi genérica, com base na gravidade abstrata do delito.

Alega que a acusada é primária, tem família e residência fixa, além de não possuir antecedentes criminais.

Diante dessas considerações, requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva, ainda que com aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, em síntese, o relatório.

Ocorre que a causa de pedir e o pedido deste inconformismo são idênticos aos dos HC n. 493.884/RJ, impetrado nesta Corte e também atribuído a este relator, que igualmente impugna a mesma decisão prolatada no *habeas corpus* originário (0000071-36.2019.8.19.0000). Registro que, em 22/2/2019, o pedido liminar do referido *habeas corpus* foi indeferido.

Ante o exposto, diante da constatação de que o presente recurso ordinário é mera reiteração do HC n. 493.884/RJ, **indefiro-o liminarmente**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator